

MERCADO ABERTO

MARIA CRISTINA FRIAS cristina.frias1@grupofolha.com.br

Dois terços de corretoras digitais já fecharam no país

Após um boom de corretoras de seguros on-line há cerca de cinco anos, o número de empresas do setor se reduziu a um terço em 2016, segundo executivos da área.

“Em 2011, eram cerca de 15 empresas, mas pelo menos umas dez delas já ficaram pelo caminho”, diz Marcelo Blay, sócio fundador da Minuto Seguro.

“Após cinco anos, ainda não vendo nenhum seguro para automóvel 100% pela in-

ternet, o que eleva os custos.”

Além de o cliente não querer, as seguradoras também não estão preparadas e exigem, por exemplo, vistorias.

“As empresas que não sobreviveram viram que não estavam vendendo, que precisavam contratar mais gente e faltou dinheiro”, diz Blay, que espera crescer em 2017 30% em prêmios de seguro de automóvel, contra expectativa de 7% do mercado.

“É preciso um alto investi-

mento para atrair clientes ao site e para operar em escala”, afirma o diretor da Bidu Maurício Antunes.

Em 2016, a empresa incorporou a carteira de seguros de automóveis da concorrente TaCerto.com, o que impulsionou o crescimento de 50% da receita no ano — foram R\$ 75 milhões em prêmios.

No caso da Smartia, o faturamento se manteve estável, e em 2017 a empresa planeja investir cerca de R\$ 1 milhão

em marketing.

A Fenacor afirma não ter dados precisos, mas confirma a redução de corretoras on-line a uma terço.

“O curso operacional do negócio é muito elevado e com um retorno ainda duvidoso”, diz o presidente Armando Vergílio.

“Muitos só fazem a cotação on-line, mas não contratam com as digitais. São altos os custos com canais de relacionamento, sem retorno.”

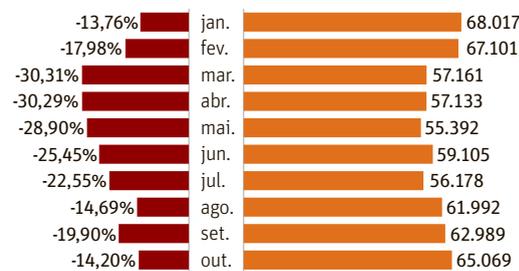


Marcelo Blay, sócio fundador da Minuto Seguro

Fábio Braga - 12 Jul 2013 / Folhapress

ENERGIA NO CANO

Variação do consumo de gás em relação ao mesmo mês de 2015 e consumo em 2016, em 1.000 m³/dia



Fonte: Abegás

Empresas pressionam por novas regras para o gás natural

As empresas que produzem, distribuem e consomem gás natural vão pressionar o governo neste ano para acelerar o processo de mudança das normas do setor, segundo especialistas da área.

“A regulação é urgente devido à decisão da Petrobras de vender os gasodutos. Não podemos sair de um monopólio estatal para um privado”, diz Antônio Guimarães, secretário-executivo do IBP

(instituto de petróleo e gás).

Outro fator para que a pauta ganhe força em 2017 é o fato de pleitos prioritários, como a operação da Petrobras no pré-sal, já terem sido atendidos em 2016, diz o sócio da KPMG, Anderson Dutra.

O setor aguarda a publicação de uma resolução com as diretrizes que darão a base para a regulamentação — o texto é fruto de discussões entre governo e empresas.

“O tema é complexo. Não esperamos uma conclusão neste ano, mas é preciso definir questões básicas, como a forma de tarifa e se haverá uma operadora independente para o setor de gás ou não”, afirma Guimarães.

ALÉM-MAR

O acordo entre Brasil e Chile que prioriza empresas locais no frete marítimo entre ambos não impulsionou a indústria naval, segundo a CNI (confederação da indústria).

Todos os nove navios envolvidos nas trocas entre outubro e dezembro de 2016 foram fabricados na Ásia, aponta um levantamento da entidade.

Incentivar os armadores brasileiros e chilenos é um

dos pressupostos do tratado assinado em 1974.

“Duas multinacionais controlam o frete marítimo e usam navios asiáticos”, diz Diego Bonomo, diretor de comércio exterior da CNI.

Entidades e governo são a favor da denúncia do tratado, mas a reunião em que isso aconteceria já foi adiada três vezes desde setembro. Não há previsão de nova data.

“Empresas que não sobreviveram apostaram que a venda seria 100% on-line, mas o brasileiro quer falar com alguém antes de contratar o seguro para o carro. Erraram o modelo de negócio, e faltou dinheiro

UM GÁS NA BAHIA

A Bahiagás, distribuidora de gás natural do Estado, deverá publicar nos primeiros meses deste ano a licitação da primeira fase do Gasoduto Sudoeste da Bahia, afirma o diretor-presidente da companhia, Luiz Gavazza.

O trecho será de 73 km, e o investimento deverá ficar entre R\$ 70 milhões e R\$ 80 milhões, diz o executivo.

As obras estão previstas para começar ainda em 2017. “Trata-se de um movimento de interiorização da rede de gás natural no Estado. Ho-

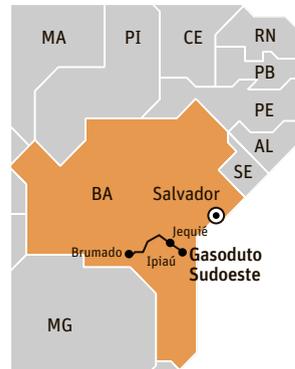
je, a estrutura está concentrada no nosso litoral.”

A empresa, que tem como acionistas o governo da Bahia, a Gaspetro e a Mitsui Gás e Energia, planeja aportar R\$ 500 milhões no projeto, com recursos do próprio caixa e de financiamento.

Até o início de 2020, os 300 km totais do gasoduto deverão ser concluídos.

A estrutura vai atender principalmente a indústria de mineração, além de centros urbanos importantes da região, segundo Gavazza.

GASODUTO SUDOESTE



RAIO-X BAHIAGÁS

R\$ 1,8 bilhão foi a receita bruta da Bahiagás em 2015

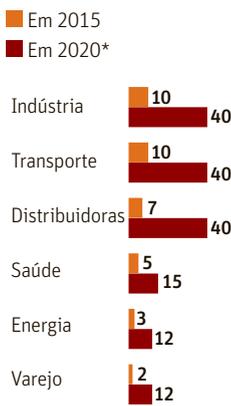
R\$ 197,3 milhões

tinha a empresa em caixa no início de 2016



INTERNET DAS COISAS

Aporte por setor, em € bilhões



*estimativa Fonte: BCG/IDC

INVESTIMENTO CONECTADO

O gasto de empresas com internet das coisas quadruplicará até o fim da década, segundo a BCG.

A projeção da consultoria é que € 250 bilhões (R\$ 848 bilhões na cotação atual) sejam aportados em dispositivos e equipamentos com conexão on-line no ano de 2020.

Em 2015, o investimento global foi de quase € 61 bilhões (R\$ 207 bilhões).

Nesse intervalo de cinco anos, 3 dos 10 setores analisados deverão concentrar quase 50% dos gastos.

Transportes e logística, distribuidoras (água, luz, gás) e indústria (menos a de commodities) terão alta de quase 40% nos aportes em internet das coisas.

HORA DO CAFÉ



Tiago Recchia

» com FELIPE GUTIERREZ, TAÍS HIRATA e IGOR UTSUMI

EM 2016, o Brasil foi classificado pelo relatório da organização Freedom House como apenas “parcialmente livre” em termos de liberdade de imprensa. A entidade — que mede todos os anos o índice de liberdade de expressão em cada país — criticou especialmente a onda de bloqueios à internet ocorridos no país em 2016.

A depender de vários projetos de lei em trâmite no Congresso, a mania de bloquear a rede deve se ampliar. A safra mais recente dessas propostas consiste no projeto de lei 6.449/2016, de autoria do deputado Marcelo Aguiar (DEM-SP). Seu objetivo é tão singelo quanto complexo. O projeto quer obrigar “as empresas que disponibilizam acesso à rede mundial de computadores” a filtrar “todos os conteúdos de sexo virtual, prostituição e sites pornográficos”.

Em outras palavras, é um projeto que proíbe a pornografia e o “sexo virtual” no país, autorizando os

Projeto quer proibir pornô na web

RONALDO LEMOS

provedores a filtrar esse tipo de conteúdo diretamente na infraestrutura da internet. A exposição de motivos do projeto justifica a proposição da seguinte forma: “Estudos atualizados informam um aumento no número de viciados em conteúdo pornô e na masturbação devido ao fácil acesso pela internet e à privacidade que celular e o tablet proporcionam”.

Curiosamente, o projeto guarda uma conexão com outro país que bloqueia conteúdos pornográficos na infraestrutura da rede: a Arábia Saudita. Quem tenta acessar conteúdos pornográficos naquele país depara-se com uma mensagem que lista em primeiro lugar um trecho do

O país tem desafios muito mais sérios do que legalizar bloqueios na internet ou combater a masturbação

Corão como justificativa e logo a seguir cita “estudos científicos modernos” como razão para o bloqueio.

São ao menos dois problemas graves dessa proposta. O primeiro é confundir conteúdo nocivo com conteúdo ilícito. Um elemento essencial da liberdade de expressão é que muitos conteúdos considerados ofensivos para determinados grupos devem permanecer lícitos. Essa regra básica de tolerância é

chave de abóbada da democracia. O outro erro é insistir em implantar no Brasil a prática do bloqueio à internet. Tal iniciativa é típica de países autoritários, leva à censura e gera efeitos colaterais desnecessários e desproporcionais. Vale notar que há vários mecanismos de proteção para crianças e adolescentes contra conteúdo impróprio, que não afetam a integridade da rede.

Infelizmente, o PL 6.449 não está sozinho. Tramita com ele uma série de outros projetos que visam bloquear ou censurar a rede no Brasil. Um deles quer criar um “cadastro” prévio para o acesso à internet no Brasil. Outro dá carta branca

para bloquear a internet no caso de qualquer crime com pena de dois anos ou mais.

Isso leva à pergunta: por que tanta energia legislativa não pode ser direcionada a construir uma agenda positiva para a rede, capaz de gerar empregos e desenvolvimento? O país tem desafios muito mais sérios do que legalizar bloqueios ou combater a masturbação.

RONALDO LEMOS é advogado e diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro.

READER

✘ **JÁ ERA** Não planejar o que fazer com suas senhas na internet depois da morte

☑ **JÁ É** Empresas que oferecem serviço de testamento digital

☑ **JÁ VEM** Criar um chatbot que continua a responder a mensagens por você depois da morte